

AS SOMBRAS DAS LUZES E OS PECADOS DA ESCOLÁSTICA

Patrícia Regina de Moraes Bertolucci Cardoso (UNESP)¹
Marcela Verônica da Silva (UNESP/UENP)²
Carlos Eduardo Mendes de Moraes (UNESP)³

Resumo: Ao confrontarmos as ações políticas praticadas nos reinados de Dom João V, na primeira metade do século XVIII e de Dom José I (assessorado pelo Marquês de Pombal) no terceiro quartel do mesmo século, observa-se o processo de transição de uma visão política e administrativa cujos envolvidos demonstravam uma formação escolástica, no primeiro reinado, para um viés econômico-científico, refletindo uma tomada de posição em direção às luzes. Três narrativas foram escolhidas para ilustrar este momento demonstram esse movimento: O Caramuru, de posição conservadora, O Uruguai e O Desertor, assume posição em favor das luzes.
Palavras-chave: escolástica; luzes; Marquês de Pombal.

I. Fim da era joanina

Em 1750, com a morte de D. João V (cf. Serrão 1977: 150), o trono português passa a ser ocupado por D. José, o qual herda um reinado com mais de 40 anos sob o poder d'O Magnânimo. O novo monarca mostra-se temeroso na condução do destino da coroa portuguesa. A esse respeito, Ivan Teixeira afirma que

D. José implorou de joelhos a seu irmão o infante D. Pedro, que tomasse a si a coroa pesada demais a ele, em tão difícil situação. Prostrado pelo

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da FCL Assis - UNESP. E-mail: patybertolucci@hotmail.com.

² Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade Estadual Paulista campus Assis e docente da Universidade Estadual do Norte do Paraná campus Jacarezinho. E-mail: maveronica83@yahoo.com.br.

³ Pós-Doutorado em Letras pela Universidade de Coimbra - Portugal e docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Câmpus de Assis. E-mail: cadu-let@assis.unesp.br.

mesmo motivo, o infante suplica ao rei que a mantivesse porque estaria melhor em si (1999: 34).

De fato, o seu reinado não se deu de forma tranquila, pois coincidiu com um momento turbulento na história de Portugal: o devastador terremoto ocorrido em 1º de novembro de 1755, ironicamente no Dia de todos os Santos, seguido de um incêndio que durou seis dias. Nesse cenário, a historiografia oficial afirma que muitos ministros fugiram da cidade, outros evitaram a presença do rei, a população entrou em polvorosa, o que acabou por gerar muitas punições aos nobres, com a perda dos seus estatutos de ostentação da condição, e também para a população em geral: morte sumária aos que praticassem latrocínios e saques.

Jacome Ratton afirma que Sebastião José de Carvalho até então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra, foi o único que amparou o rei logo após essa catástrofe. "Nisso, Pombal entra em cena e convence ao rei a manter-se no posto, dispondo-se a apoiá-lo na enorme tarefa de organizar o caos deixado pelo terremoto" (apud Teixeira 1999: 34), seis meses após o ocorrido D. José o nomeia a Secretário de Estado e Negócios do Reino, com plenos poderes. Como mercê, os títulos de nobreza vieram mais tarde, não por direito de família, mas por serviços prestados ao rei: em 1756, Conde de Oeiras e, em 1769, Marquês de Pombal.

A partir do momento em que o Marquês assume as rédeas de Portugal, vive-se um período marcado pela *agressividade* administrativa, evidenciada, principalmente pelo empenho na reconstrução de Portugal. Afirma Teixeira (1999) que o Marquês foi mais devastador que o próprio terremoto, pois o que não havia sido danificado com a catástrofe, Pombal mandou destruir para reconstruir. As modificações propostas, oportunamente, significaram a saída de um modelo joanino de administração político-religiosa para um processo de adesão às Luzes na Lusitânia, um *novo regime*. Em conformidade com Villalta (1999: 115), pode-se afirmar que:

[O terremoto de 1755] sacudiu a sociedade lusa em todos os níveis (...) Pombal empenhou-se em fortalecer o poder do Estado, em firmar a supremacia da Coroa face à nobreza e à igreja - incluindo-se aqui os jesuítas e em reformar a economia, com vistas a tirar Portugal da inferioridade em relação às potências europeias. (...) Sua política centrava-se no ataque, feita com uma violência incomum, ao setor anti-absolutista da aristocracia nobiliária, ao setor monopolista da burguesia mercantil e ao setor hegemônico da aristocracia eclesiástica, todos eles os mais infensos às novas diretrizes.

Ao se fazer uma análise da divisão da sociedade portuguesa no Antigo Regime constata-se a presença de uma Monarquia Absolutista estratificada em estados ou ordens: o clero, a nobreza e o braço popular, sendo que cada qual, segundo Godinho (1971), assumia uma posição rígida na hierarquia.

Entretanto, no que diz respeito ao clero, este segmento se constituía como o primeiro braço do reino com leis e hierarquia próprias. Era "Um Estado dentro do Estado". Do séc. XV ao XVII o país enfrentou um grande problema em relação a este braço da hierarquia, pois houve um aumento significativo do número de religiosos.

A título de exemplificação, em meados do séc. XVII havia um religioso ou eclesiástico para cada 36 habitantes. Tal fato acaba por gerar problemas principalmente de ordem econômica, pois eles consumiam e, mesmo proibidos de adquirirem bens, lançavam mão de subterfúgios para acumulação destes bens.

No caso específico da Companhia de Jesus, os serviços prestados a Roma e às Coroas Portuguesa e Espanhola, por essas ações, transformaram-na em uma verdadeira *ordem econômica*. Acostumada às regalias e, de certo modo, exercendo a supremacia no Estado português, a Companhia vê seu poder ameaçado a partir da ascensão de Pombal, pois a partir desse momento a Coroa portuguesa inicia sua ofensiva regalista, reformista e antijesuítica. Trava-se um embate entre o Marquês e seus seguidores, partidários da razão e do poder régio contra a Companhia de Jesus⁴.

Os religiosos, conscientes de que Portugal era um país católico, após o terremoto, tentaram minimizar o poder régio e, conseqüentemente, continuar exercendo o domínio principalmente em relação ao modo de pensar da sociedade portuguesa, visando a enfraquecer a crença nas Luzes, por meio de um discurso inflamado, afirmando a catástrofe ter sido um castigo Divino. Assim, "atribuíam ao terremoto, respectivamente, a escândalos e desordens no Reino e aos insultos verificados na Corte, que eles julgavam ser purificada" (Villalta 1999: 120). Há de se destacar que tais interpretações não atendiam aos interesses, tampouco aos propósitos racionalistas e regalistas de Pombal na medida em que:

expressavam uma visão de mundo dentro da qual se compreende que a vontade divina manifestar-se-ia nas ocorrências terrestres cujo sentido seria apreender - e, nesse caso, esta vontade divina supostamente manifesta no terremoto, possuiria um sentido político claro, isto é, um questionamento do alcance e da eficiência da administração régia (...) o perigo ao poder régio representado por tais posições alimentou ainda mais a fúria anti-jesuítica josefina (Villalta 1999: 120).

O fato é que, nove anos após a ascensão ao ministério, Pombal conseguiu banir os jesuítas do Reino,

sob o pretexto de que contrariavam o progresso geral do Estado e a clareza das ideias no ensino. Em rigor, tratava-se de recompor a unidade absoluta do poder estatal. Em seguida retomou aquelas obras como suporte para a implantação do Iluminismo em Portugal (Teixeira 1999: 24).

⁴ Dois nomes nesse período criticaram sobremaneira a Companhia de Jesus: Luiz Antônio Verney, que com seu *Verdadeiro Método de Estudar*, um conjunto de dezesseis cartas publicadas em 1746, fez parte de um projeto de atualização do ensino português, cuja responsabilidade deveria ser retirada da tutela dos inicianos e transferida para a do Estado; e Francisco José Freire, autor da *Arte Poética ou Regras da Verdadeira Poesia* (1748), pautada na aversão aos hábitos mentais do Seiscentismo. Ressalta-se que tanto para Verney quanto para Freire, a noção de verdade seria "uma espécie de dogmas dos dogmas, responsável pela ética legitimadora do Estado e da Religião, em nome do que se justificava, sobre todas as coisas, a obediência ao rei" (1999: 167).

Em meio a este cenário há de se considerar a ação propagandística do Marquês, que em conformidade com Teixeira, essa ação

ocasionou numerosos escritos doutrinários, pinturas, gravuras e uma vasta literatura, que ora se manifesta pelo encômio (louvor a Pombal, o líder triunfante), ora pela sátira (vitupério contra o grupo derrotado, os jesuítas (Teixeira 1999: 47).

No que se refere à apreciação às artes, nesse caso, um recorte da poesia dos Setecentos, o Marquês sob o pretexto de propagar a cultura no país demonstra apoio aos escritores, pois ali seria um terreno fértil para a propagação das Luzes em Portugal:

a poesia das Luzes em Portugal se confunde com a divulgação da figura pombalina (entendida como encarnação de um princípio) sendo igualmente expressão da história política portuguesa e do gênero epidítico ou demonstrativo (Teixeira 1999: 93).

Essa “confusão” entre Pombal e os princípios para a produção da poesia, na verdade, é mais uma comprovação de que embora os esforços sejam desmedidos para tirar Portugal da letargia do antigo regime, os modelos empregados para a revolução escrita não são diferentes daqueles utilizados pelos oponentes, o que implica afirmar que a mudança de ideias não lhes altera a forma de expressão: os três gêneros do discurso aristotélico estão preservados na forma de adesão ao projeto pombalino

II. Obras produzidas: *O Uruguai, O Desertor e O Caramuru*

Narrativas brasílicas: o histórico entre o sagrado e o profano

A matéria literária produzida no Brasil, em seu período colonial, permite vislumbrar a transição de um modelo de pensamento escolástico - cujo objetivo era determinar um ponto de vista onde os dados da fé e os conhecimentos racionais pudessem formar elementos de um único sistema intelectual - para um modelo ilustrado, que, em oposição, valorizava a razão, a experimentação, a observação e a investigação na produção do conhecimento, negando que a natureza fosse regida por Deus.

As produções literárias setecentistas do Brasil Colonial passam pelas transformações do *sagrado*, a que Mircea Eliade (2001) denomina *hierofanias*, para o *profano*. O desaparecimento dos laços entre Literatura e Religião passou a ocorrer com o advento do Iluminismo (período neoclássico), cuja exaltação da razão e revisitação de autores greco-latinos, com retomada da mitologia, mas desprovida de seu teor místico, passa a compor, como ornato ou alegoria, assunto para poemas líricos, dramáticos ou épicos.

Observa-se nos épicos renascentistas, como n'Os *Lusíadas* de Camões, uma tentativa de substituição do referencial mitológico pelo cristão. Essa substituição já relegava a mitologia greco-latina à condição de ornato. O período neoclássico, deste modo, fez minar o espírito teocêntrico da religião cristã, favorecendo o homem, que passou a dominar suas ações sem fazer uso de forças descomuns ou sabedorias divinas: são os heróis ilustrados, imbuídos de valores provenientes do novo modelo de educação, respeitadores das decisões da Coroa a qual representam.

Os poemas épicos *O Uruguai* (1769) de Basílio da Gama, *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão e o poema herói-cômico, *O desertor* (1774) de Silva Alvarenga, apresentam cada um a seu modo, elementos indicativos dessa transição de pensamentos, principalmente no sentido de conceber a mudança do *sagrado*, estruturado pelo ideal remanescente do escolasticismo, para o *profano* concebido pela mentalidade ilustrada, no sentido de desvincular Fé e Estado.

O Uruguai, de José Basílio da Gama

O Uruguai, de Basílio da Gama, por seu turno, é considerado o primeiro poema épico nos moldes clássicos em língua portuguesa sobre fatos acontecidos no Brasil. A narração atribui a responsabilidade da Guerra Guaranítica (1752-1756) aos jesuítas, cujo motivo foi a determinação do Tratado de Madri (1750) para que os Sete Povos das Missões, liderados por jesuítas espanhóis, deixassem as terras em que se encontravam (pertencentes aos portugueses) e fossem para o Uruguai (terras pertencentes aos espanhóis), onde estavam instalados índios liderados por jesuítas portugueses, ou seja, o tratado ordenava a troca, ficando os jesuítas espanhóis em terras espanholas e os portugueses em terras portuguesas. Essa ordem não agradou os jesuítas que incentivaram os índios a iniciar uma guerra em que as tropas dos portugueses e espanhóis acabaram por liquidar os povos indígenas.

A matéria foi escolhida por ser de certa projeção na história, apesar de poder ser contestada quanto à grandiosidade. Porém, quanto à forma, o poema possui dimensões para ser associado ao gênero, pois possui 1377 versos distribuídos em cinco cantos, ou seja, trata-se de um poema mediano.

O poema apresenta fatos que atribuem aos jesuítas a vilania, enquanto ao general Gomes Freire é atribuído o papel de defensor. Essa atitude não é gratuita, pois o maniqueísmo relaciona-se com o apoio que Basílio da Gama dava ao conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, que via os religiosos como empecilhos à sua ação ilustrada na colônia, ou seja, o poema não possui apenas finalidade estética, mas também instrutiva e serve ainda para demonstrar o vínculo político do homem de letras, que, apesar de formado pela educação escolástica assume o posto propagador dos pensamentos do Século das Luzes.

Segundo Teixeira (s/d: 02), *O Uruguai*, concebido como alegoria poética, permite várias interpretações, mas sua condição histórica impõe o entendimento de que a obra trata de uma defesa da centralização do poder e de um ataque contra as forças que contestavam a soberania do Estado monárquico. Como defesa e elogio do Despotismo Esclarecido, o poema tematiza o ministério de D. José I (1750-1777), em cujo centro se colocava a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo – futuro Conde

de Oeiras e Marquês de Pombal. Como denúncia de práticas supostamente desintegradoras da unidade do Estado, a alegoria de Basílio da Gama alude à velha nobreza lusitana e agride diretamente a Companhia de Jesus.

Após uma tentativa de regicídio contra D. José I, em 1758, por três importantes famílias portuguesas, Carvalho e Melo acusou os jesuítas de participação na conjuração contra o rei. Um ano depois do atentado, no dia três de setembro de 1759, o ministro decretou que os bens da ordem deveriam ser confiscados e seus membros expulsos dos territórios portugueses (metrópole e colônias). O ministro, assim, empenhou-se na produção de um discurso doutrinário, histórico e artístico contra os jesuítas. Nesse contexto, Basílio da Gama apropria-se desses discursos instituídos pela campanha pombalina.

Basílio da Gama apresenta em sua obra valores cristãos. Porém, a fé não possui a mesma configuração que, por exemplo, n' *Os Lusíadas*, matriz dos poemas épicos brasílicos. Enquanto na obra de Camões a fé cristã constitui a estrutura do seu pensamento, no *Uraguai*, a fé é, segundo Costa (2011: 53),

a expressão viva e positiva, mas sim vista por um prisma amiúde negativo, considerando que o autor estava engajado em adquirir o beneplácito do então Marquês de Pombal, inimigo da Companhia de Jesus.

ou seja, o que constitui a intenção da obra é muito mais a advertência sobre a corrupção de uma ordem religiosa e a propagação do pensamento ilustrado, que propriamente a glorificação pelas virtudes católicas de um herói.

A ordem religiosa poderia representar, assim, a profanação (do intuito profundo da religião e, com isso, coincidir com a visão iluminista de questionamento dos dogmas da religião católica), uma vez que suas ações podem ser associadas aos pecados capitais. Apresentando-os por meio da sátira – que já é profanatória – atribui os pecados da gula e da preguiça, por exemplo, ao jesuíta Patusca; a avareza, a luxúria e a ira ao também jesuíta Balda e a inveja e o orgulho ao seu filho Baldeta.

Entre as críticas que o poema apresenta, nota-se, no início, um soneto a Carvalho e Melo, no qual apresenta algumas das conquistas de sua administração, entre elas, a expulsão da Companhia de Jesus, alegorizada na figura da Hipocrisia.

Mas porque pode em século futuro,
Peregrino, que o mar de nós afasta,
Duvidar quem anima o jaspe duro,

Mostra-lhe mais Lisboa rica e vasta,
E o Comércio, e em lugar remoto e escuro,
Chorando a Hipocrisia. Isto lhe basta⁵.

⁵ O poema *O Uraguai* de Basílio da Gama, na íntegra, está disponível no sítio <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn00094a.pdf>>. Acesso em 24 de mar. de 2014.

Nos versos de abertura o poema permite atribuir o heroísmo a ação de Gomes Freire de Andrade, pelo fato de ter conseguido lavar com o sangue dos índios a afronta que cometeram às coroas de Portugal e Espanha. Porém, a voz épica de *O Uruguai* cria uma imagem positiva do índio, como povo belo e valente, vítimas da própria inocência e da cobiça dos jesuítas. Os caracteres atribuídos ao longo do poema são: o índio é rude; o padre, ambicioso; o herói, honrado.

Na narrativa, descreve-se o encontro dos exércitos espanhol e português para rumarem juntos aos Sete Povos das Missões. Quando Gomes Freire chegava próximo ao Rio Uruguai, dois índios desarmados, Sepé e Cacambo. O diálogo diplomático entre os índios e o General Português visa a um acordo que não se concretiza e inicia-se a guerra. Segundo Teixeira (s/d: 06), “sendo iguais no brio e no valor, os guerreiros de ambos os lados eram muito diferentes nas armas e nos meios.” Diante do armamento dos europeus, muitos índios morrem, entre eles Sepé, que, após a batalha, aparece em sonhos a Cacambo, aconselhando-o a incendiar o acampamento do inimigo. Cacambo era cacique da tribo e marido de Lindóia – a mais bela índia. Essa alegoria da diferença de forças em combate realça a diferença entre a escuridão da escolástica e a translucidez proposta pelo novo momento. Na batalha, vence a segunda.

Um dos pontos que demonstram o paralelo religião/razão na mudança de mentalidade – da escolástica para a ilustração vem da motivação do Herói, que não pretende mais a fama eterna, concebida por um Deus ou por deuses, mas a obtenção de benefícios para a sociedade a qual representa. A defesa do Estado pelo general e o reconhecimento dos sucessos da empresa pelo homem motivam sua participação nas batalhas. Vislumbra-se, então, uma atitude que se desloca da motivação de inspiração *sagrada* para motivação *humana*, em que o homem tem as rédeas das ações graças (à concessão divina) do intelecto.

Diante da breve apresentação da fábula, e tomando as afirmações de Teixeira como pressupostos, infere-se que *O Uruguai* apresenta o índio como tópica europeia do exotismo nativo americano, ou seja, o índio é tido como um bem europeu que deve ser retirado da posse da Igreja e tomado pelo Estado. Essa ideia pode ser apreendida do diálogo entre o general português e os índios Cacambo e Sepé. Estes defendiam os ensinamentos da catequese jesuítica, enquanto aquele defendia uma harmonização entre as partes integrantes do corpo místico do Estado, cuja unidade se achava ameaçada pela ambição da ordem religiosa:

Vê que o nome dos Reis não nos assusta.
 O teu está mui longe; e nós, os Índios,
 Não temos outro Rei mais do que os Padres.

Generoso inimigo, é tudo engano.
 Os Reis estão na Europa; mas adverte
 Que estes braços que vês são os seus braços.

O discurso pombalino, de acordo com Teixeira (s/d), alude a aspectos do pensamento neo-escolástico para filiar a Companhia de Jesus a uma antiga seita conhecida como Monarquemaquia, sociedade secreta que se utilizava dos mais

diversos meios corruptíveis como fanatismos, falsas profecias, traições, e até regicídio para se infiltrar no governo. O poema, ao descrever a pintura do teto da igreja jesuítica, indica a intenção da companhia em usurpar o poder da Coroa, “dando leis ao mundo inteiro”:

Na vasta e curva abóbada, pintara
 A destra mão de artífice famoso,
 Em breve espaço, e vilas, e cidades,
 E províncias e reinos. No alto sólio,
 Estava dando leis ao mundo inteiro
 A Companhia. Os cetros, e as coroas,
 E as tiaras, e as púrpuras, em torno,
 Semeadas no chão.

Assim, Basílio da Gama não mede esforços para auxiliar na campanha pombalina, fazendo persuadir os leitores de que a Companhia era corrupta, perversa e ambiciosa. Assim, utilizando a sátira, tem-se o pedido de extinção da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, mesmo sabendo que a extinção da ordem religiosa deveria partir do Vaticano.

O poeta procede, assim, a um duplo discurso, um deles é o sério, encomiástico, em que se elogia a política ilustrada e outro é o cômico, em que tece uma caricatura da catequese jesuítica, visando ridicularizar seus atos e apontar-lhe os vícios, mostrando que a ordem não é *sagrada*, mas sim *profana*, uma vez que suas fraquezas os fazem cometer os pecados capitais.

O Desertor, de Manuel Inácio da Silva Alvarenga

Nesse ambiente, revolucionário e hostil, foi publicado, em 1774, *O Desertor: Poema herói - cômico* de Silva Alvarenga, composto por cinco cantos, que perfazem um total de 1439 versos como parte das comemorações da reforma da Universidade de Coimbra. Em conformidade com o cônego Januário da Cunha Barbosa, primeiro biógrafo de Silva Alvarenga, o poema fora impresso contra a vontade do escritor, a mando do Marquês de Pombal, ainda que o autor o considerasse inacabado.

Silva Alvarenga, segundo Teixeira (1999), tinha especial devoção por Basílio da Gama, do qual era amigo e mestre, a quem dedica três poemas: *O Templo de Netuno por Alcindo Palmireno Arcade Ultramarino* (1777); *A Gruta Americana por Alcindo Palmireno a Terminando Spilio arcade romano* (sic) (1779) e, finalmente, *Epístola a José Basílio da Gama, Terminando Spilio* (1831). Neles, ainda em conformidade com Teixeira (op. cit.), o poeta parafraseia alguns trechos de *O Uruguai*, além de elogiar a poesia do amigo, é conforme Teixeira (1999), uma grande homenagem a Basílio da Gama, tendo em vista que se constitui numa espécie de continuação de *O Uruguai*, texto que empreendeu os ideais ilustrados pombalinos, contudo essa relação não desmerece, tampouco tira a independência literária de Silva Alvarenga.

Destaca-se também o poema *Ode à mocidade* uma espécie de prenúncio de *O Desertor*, em que o eu lírico convoca a mocidade a retomar os domínios de Minerva

visto que a ignorância fora sucumbida de Portugal. Diz-se que essa ode é que desencadeou o encontro entre Silva Alvarenga e o Marquês de Pombal, culminando na ideia de se escrever *O Desertor*:

A fastosa indolência
Tarda preguiça, e mole ociosidade,
Tiveste por ciência,
Infeliz lusitana mocidade;
Viste passar, caindo de erro em erro,
Bárbaros dias, séculos de ferro.
(...)
Enchei os ternos votos
Da nascente esperança portuguêsã;
Por caminhos remotos
Guia a virtude ao templo da grandeza:
Ide, correi, voai, que por vós chama
O rei, a pátria, o mundo, a glória a fama.

Como se nota o mote é praticamente o mesmo: tematiza a vida estudantil, em *O Desertor* o "herói" Gonçalo, "estragado" pela ignorância (personificada no poema - grafada em maiúscula), convoca cinco amigos para uma viagem, por que não dizer um rumo às Luzes e, conseqüentemente, o abandono à escolástica dos jesuítas, evidenciado por uma sucessão de argumentos no poema que trazem a Luz ao Estado Português. Se, por um lado tinha-se um discurso jesuítico pautado na profissão da fé católica, em *O Desertor* exalta a "fé" nas ciências (canto I v 23-43), entre outros.

O Caramuru, de José de Santa Rita Durão

Na mesma linha dos poemas narrativos com fundamentação histórica, *O Caramuru* foi composto quase que imediatamente em resposta às denúncias que foram o mote d'*O Uruguai*. Em sua síntese, a ação bélica será, de certa maneira, contestada pela possibilidade de convívio entre o português e o índio, convívio que desaguará, em algum momento, em confronto pela ocupação do espaço brasílico. Todavia, enquanto no poema de Basílio da Gama, nas lutas, a racionalidade vence a rudeza, no poema de Durão a vitória (embora se dê para o mesmo lado lusitano) cria laços menos políticos e mais religiosos. Ao se imiscuir no cotidiano dos indígenas e proporcionar o "bem" de poder desfrutar das armas poderosas dos europeus - o domínio do trovão, a aliança com Diogo Álvares e a conversão à fé católica - os indígenas são beneficiados pela ação da Companhia de Jesus, a qual, depois do "governo" pombalino se vê espoliada e impedida de prosseguir em seu trabalho.

A adesão à ação portuguesa, portanto, neste poema é mais intensa, pois o sacramento do matrimônio faz parecer que todos se tornam iguais. O jogo de forças que medeia o confronto está desequilibrado para o lado da profissão de fé, pois alguns mistérios são responsáveis pela condução da narrativa: a proteção do herói

por uma força divina, que nas palavras do Frei Gonçalo Soares resulta da divina providência:

Foi Diogo Álvares nobilíssimo por nascimento em Viana e como ao sangue ilustre comumente anda anexa a pouca sorte, vendo-se falto de cabedais embarcara numa Nau (...) para a Vila de São Vicente (...): naufragou junto ao Rio Vermelho, e aqueles a quem perdoou a braveza do mar não deixou vivos a inumanidade dos Índios; livrou porém Diogo Álvares, ou fosse pela carta de recomendação de sua galharda presença, ou, como mais certamente cremos, por disposição da altíssima providência; (Castello 1969, v. 1, t. 5: 276).

Da mesma maneira, o canto III do poema é um ajustamento entre os pontos de vista do indígena e do português quanto à concepção divina: Deus e a sua ação para este, Tupã e seus mistérios para aquele. Dessas exposições, o canto IV, estrofes 1-6, inicia-se com a visão que a ainda Paraguaçu terá da Santa no reflexo das águas. Com estas e outras passagens, o processo de tomada de posição de Diogo Álvares frente à ação de povoamento da Bahia, no poema, vai ganhando contornos de um poema narrativo que claramente baseado nas interferências da providência divina, opondo-se à racionalidade que os outros dois poemas demonstram.

A reação, nesse sentido, é a resposta que de imediato Santa Rita Durão dá ao apoio incondicional que os demais autores, especialmente Basílio da Gama, dão ao projeto Pombalino. A resposta dada pelo poema é que em todo o caráter inovador e remodelador, o projeto de reconstrução de Portugal e de seus monumentos e modelo administrativo desconsidera e atropela a construção do processo colonizador e a contribuição (independente das tendências demonstradas) das ordens religiosas, n' *O Caramuru* representadas por Diogo Álvares.

Conclusão

O processo de enfretamento das questões cruciais que se colocaram frente ao reinado de Dom José, em síntese, foram suplantados os quase cinquenta anos de um reinado de ostentação realizado por Dom João V. Os desafios dos anos iniciais, com o terremoto de 1755, exigiram uma reordenação dos rumos da coroa, os quais, cegamente, o monarca fez confiar a Sebastião José de Carvalho e Melo, aderente incondicional do Iluminismo em Portugal.

Todo o processo acabou por permitir que alguns fatos do cotidiano fossem retratados por autores em obras literárias, em conformidade com a tendência, no Ocidente, para a associação da literatura com a história como forma de valorização e de consolidação das identidades nacionais. Esses reflexos, por seu turno, fizeram desaguar na literatura incipiente do Brasil um gosto pelo poema histórico, baseado em algumas características dos grandes poemas épicos, cujos motivos, no entanto, eram quase contemporâneos do autor.

Por um lado, Cláudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga e outros, aqui não mencionados, aderem à linha racional e produzem um *novo jeito novo* de referir a

América portuguesa. Seus poemas se tornam instrumento de defesa da proposta de modernização de Portugal, extensiva ao Brasil, conectando-se e coadunando com a ação pombalina, sem questionar o custo político-social, cabível à atitude. Santa Rita Durão, no contexto, não deixa de ser igualmente epidítico na explanação da matéria de seu poema, que segue, na estrutura os mesmos princípios dos demais. Todavia, posiciona-se como questionador da adesão incondicional, que ignora a importância das ordens religiosas no processo civilizatório da América. A esse respeito, veja-se Vânia Pinheiro Chaves (1997).

Enfim, pode-se dizer que a Ilustração Portuguesa pode ser entendida como um *despotismo esclarecido*, uma vez que os escritos estavam subordinados à vontade do Estado: "a poesia no mecenato pombalino obedece a lógica do poder, de onde lhe vem não apenas a remuneração e a edição do trabalho, mas também o tom da natureza e do assunto" (Teixeira 1999: 104). Essa afirmação, entretanto, minimiza a postura reacionária que se poderia atribuir ao poema de Santa Rita Durão, colocando-o, antes, como um poema moderador das incursões que os *novos*, em nome do racionalismo, empreenderam contra a ação dos antigos, pois, a rigor, toda a adesão ao racional (uma tentativa de negação do sagrado absoluto da primeira metade do século XVIII), apenas se relativiza, prosseguindo o pensamento lusitano fortemente influenciado pela interferência católica *per secula seculorum*.

SHADOWS OF LIGHTS AND THE SINS OF SCHOLASTIC

Abstract: When we compare the policy actions taken in the reigns of Dom João V in the first half of the eighteenth century and Dom José I (assisted by Marquês de Pombal) in the third quarter of the same century, we can observe the transition from scholastic, first reign vision gradually paths to an economic -scientific bias, reflecting a position toward the lights. Three narratives were chosen demonstrate this movement by the relations established between them: *O Caramuru*, the conservative position, and *O Uruguai* and *O Desertor*, takes position in favor of Lights.

Keywords: scholastic; lights; Marquês de Pombal.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Manoel Inácio da Silva. *O Desertor: poema herói-cômico*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

CHAVES, Vânia Pinheiro. *O Uruguai e a fundação da literatura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1997.

COSTA, Rafael Magno de Paula. Presença de Sacralidade na Literatura. In: *Revista Estação Literária*, v. 8, parte B, pp. 48-57, dez. 2011.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura Ocidental*. São Paulo: Ática, 2004.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Trad. Rogério Fernandes. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Tratado de história das religiões*. Trad. Fernando Tomaz e Natália Nunes. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCA, Gonçalo Soares da. Se os Índios do Brasil tinham alguma Lei, como e quando a ele passou a Católica Romana. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil. 1641-1820/22*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Esportes e Turismo, 1969-1971, 3v., 14 t.

GAMA, José Basílio. *O Uruguai*. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn00094a.pdf>>, acesso em 24 de mar. 2014.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 4. Ed. Lisboa: Arcádia, 1971.

LOPES, Hélio. Introdução ao poema *Vila Rica*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica, 1985.

RIBEIRO, João. *Obras Poéticas de Cláudio Manoel da Costa*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903.

SERRÃO, J. *Cronologia geral da história de Portugal*. 3 Ed. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

SILVA, Anazildo Vasconcelos da. *Formação épica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Elo, 1987.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. *Sátira, ficção histórica e alegoria política em O Uruguai*. Disponível em:
<people.cohums.ohio-state.edu/costigan2/nehbrazil07/.../uruguai.doc>, acesso em 26 de mar. 2014.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Uso do Livro na América Portuguesa*. São Paulo, (Tese de Doutorado), 1999.

ARTIGO RECEBIDO EM 31/03/2014 E APROVADO EM 19/05/2014